

Direito Social à Educação: Acesso ao Ensino Superior

Aluna: Alessandra de Souza Monteiro

Orientadora: Telma Lage

Introdução

O grupo de estudos e pesquisa tem por foco o novo ator nos *campi* universitários, aquele estudante pobre, cujo acesso ao ensino superior tem sido facilitado por políticas públicas, como a reserva de vagas nas universidades públicas e o PROUNI, nas universidades privadas. O marco legal dessas políticas, a Constituição, Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996), lei que criou o PROUNI (Lei 11.096/2005), PNE – Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), e os programas derivados dessas leis são estudados no Grupo. Por outro lado, pretende-se investigar o conteúdo dos currículos pedagógicos, para avaliar sua vocação para atender às expectativas e demandas (também alvo de investigação) destes novos atores.

Para isto elegemos os currículos pedagógicos de nossa universidade (em Direito), de uma pública (a ser definida, talvez a UERJ) e de outra privada (também a ser definida).

Objetivos

Demonstrar a exigibilidade do direito constitucional à educação; investigar as condições de acesso de jovens de todas as classes sociais ao ensino superior; conhecer elementos objetivos e subjetivos relativos às experiências dos estudantes de Direito; analisar comparativamente os currículos pedagógicos das universidades, para saber se corresponde às demandas e expectativas do novo ator.

Metodologia

Trabalhamos com método comparativo, no que tange à investigação dos currículos pedagógicos; dedutivo, para estabelecer juízos de valor sobre o desempenho dos entes federativos; e indutivos, quando, a partir de questionários aplicados individualmente a alunos e professores, procuramos descobrir regularidades e tendências.

Quanto às técnicas, lançamos mão de pesquisa nos textos legais, nas decisões jurisprudenciais e na doutrina, para compreender os termos da legislação, os direitos dos brasileiros (são direitos subjetivos?), e os deveres dos entes federativos, e agentes privados na realização do direito social à educação; e os instrumentos processuais aptos a acionar os sujeitos passivos desses direitos. Há também pesquisas documentais, em currículos, ementas de disciplina, planilhas de desempenho de alunos, de sua distribuição pelos cursos. Pesquisas de campo buscam aferir elementos subjetivos, como sonhos, desafios, dificuldades e expectativas dos alunos. Alguma notícia da pesquisa.

O Plano Nacional de Educação (PNE) traça diretrizes e metas para a Educação no Brasil e tem prazo de até dez anos para que todas elas sejam cumpridas. Para isso, o governo transformou o PNE em lei estabelecendo assim 295 objetivos para nortear o planejamento da educação no Brasil, para que seus objetivos fossem alcançados foi necessário instituir uma constante progressiva para garantia de uma educação de qualidade e a sua democratização, estabelecem-se cinco metas a serem cumpridas: 1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos. 2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. 3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação

superior. 4. Valorização dos profissionais da educação. 5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino. Os programas de educação do MEC visam a assegurar o alinhamento das políticas das secretarias de educação, de forma a garantir a sustentabilidade na implementação das ações voltadas para o fortalecimento das escolas e a melhoria do desempenho do ensino público. Com vistas ao cumprimento das metas definidas no PNE. Em síntese, os Planos de Educação têm como objetivo: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na escola, na educação pública, e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Alguns Programas de educação estudados foram: ENCCEJA é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, que tem como objetivo avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso à escolaridade regular na idade apropriada. O participante se submete a uma prova e, alcançando o mínimo de pontos exigido, obtém a certificação de conclusão daquela etapa educacional. O exame é aplicado anualmente e a adesão das redes de ensino é opcional. As certificações são feitas diretamente nas secretarias municipais e estaduais de educação que aderem ao exame. Assim, o participante deve entrar em contato com a secretaria de educação da sua região para obter o documento de sua certificação. As secretarias são as responsáveis pela forma e pelos critérios de utilização das notas, com autonomia para realizar as certificações. O participante se submete a uma prova e, alcançando a média mínima exigida, obtém a certificação de conclusão daquela etapa educacional. Às competências apresentadas nas disciplinas e áreas do conhecimento do Ensino Fundamental e Médio, referem-se ao domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento e resolução de situações-problema, capacidade de argumentação e elaboração de propostas. Dessas interações resultam, em cada área, habilidades que serão avaliadas por meio de questões objetivas (múltipla escolha) e pela produção de um texto (redação).

O IDEB e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e usado para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. O público alvo é a escola ou rede de ensino, sistemas municipais, estaduais e federal de ensino. Como: A partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias alcançadas nas avaliações Prova Brasil e Saeb, ambas realizadas pelo Inep. Que competências e habilidades serão avaliadas, a qualidade da educação, Será estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022.

A PROVA BRASIL E SAEB são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. O público alvo são Alunos da quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio. Através de aplicação de testes com questões de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas e um questionário socioeconômico onde os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil

profissional e de condições de trabalho. Visando avaliar o desempenho dos alunos. Com os resultados do exame, é possível fazer um diagnóstico da situação nacional e regional da educação no país. Os dados são utilizados para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e melhorar a qualidade do ensino básico, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Prova Brasil	Saeb
A prova foi criada em 2005.	A primeira aplicação ocorreu em 1990.
Sua primeira edição foi em 2005, e em 2007 houve nova aplicação.	É aplicado de dois em dois anos. A última edição foi em 2005. Em 2007 houve nova prova.
A Prova Brasil avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas)	Alunos fazem prova de Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas)
Avalia apenas estudantes de ensino fundamental, de 4ª e 8ª séries.	Avalia estudantes de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e também estudantes do 3º ano do ensino médio.
A Prova Brasil avalia as escolas públicas localizadas em área urbana.	Avalia alunos da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural.
A avaliação é quase universal: todos os estudantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas do Brasil com mais de 20 alunos na série, devem fazer a prova.	A avaliação é amostral, ou seja, apenas parte dos estudantes brasileiros das séries avaliadas participam da prova.
Por ser universal, expande o alcance dos resultados oferecidos pelo Saeb. Como resultado, fornece as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes.	Por ser amostral, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação.
Aplicação em 2007: 5 a 20 de novembro.	Aplicação em 2007: 5 a 20 de novembro.
Parte das escolas que participarem da Prova Brasil ajudará a construir também os resultados do Saeb, por meio de recorte amostral.	Todos os alunos do Saeb e da Prova Brasil farão uma única avaliação.

O ENADE e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes que tem o objetivo de avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes. Esses apresentados são alguns programas de educação estudados. Através de um exame que é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Mede o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O NOVO ENEM e o Exame Nacional do Ensino Médio, tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante ao fim da do ensino médio. A sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior,

possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. Seu público alvo são os alunos que estão concluindo ou que concluíram o ensino médio.

As universidades possuem autonomia e poderá optar entre quatro possibilidades de utilização do novo exame como processo seletivo:

Como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line;

Como primeira fase;

Combinado com o vestibular da instituição;

Como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

São quatro as áreas que compõem o exame: linguagem, ciências da natureza, ciências humanas e matemática. Assim, a nova prova do Enem, cobrará os mesmos conteúdos pedidos pelos atuais vestibulares, os estudantes terão de usar mais a capacidade de raciocínio e compreensão do que de memorização. A expectativa é de que a nova concepção do Enem ajude a reestruturar o currículo do ensino médio.

O PROUNI e o Programa Universidade para Todos. Tem como objetivo a reservas vagas para alunos de baixa renda em instituições privadas de ensino superior, por meio de Medida Provisória Nº 213, de 10 de Setembro de 2004. Seu objetivo é universalizar o ensino superior no Brasil. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. É por meio de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

Em andamento temos o levantamento das ementas curriculares do curso de Direito da PUC – Rio, UNIPALMARES e posteriormente faremos o levantamento também na Estácio e UERJ.

Conclusões

A principal conclusão que poderia apontar é o caráter democrático e republicano da legislação brasileira, que adota uma definição ampla de educação, "*processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de pesquisa e ensino, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*" E ainda a definição estrita de educação escolar, que é nosso objeto de estudo, mais precisamente o acesso ao ensino superior. Consideramos que os programas formatados pelo MEC e em implementação se mostram adequados para atingir objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases. Temos também, em caráter heurístico, a intuição de que somos testemunhas e agentes de importante revolução na sociedade brasileira por meio da educação.

Referências

- 1–Site do MEC <http://portal.mec.gov.br/index.php> - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298
- 2 – Site Jus Navigandi <http://jus.uol.com.br/>

3 - VICTOR, Abramovich, CHRISTIAN Courtis. Los derechos sociales como derechos exigibles. Prólogo de Luigi Ferrajoli, Editorial Trotta, 2002.

Departamento de Direito

4 - www.planalto.gov.br